

Pesquisando a violência íntima contra a mulher a partir da etnografia feminista¹

Researching intimate violence against women using feminist ethnography

Investigando la violencia íntima contra las mujeres desde la etnografía feminista

Nishi Mitra vom Berg

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6294-1648>

Resumo: Pesquisar a violência íntima usando a epistemologia e a ontologia feministas é um empreendimento difícil e contencioso tanto para a pesquisadora quanto para os participantes na investigação etnográfica. O tema da violência íntima não é apenas emocional e traumático é repleto de tensões fundamentais para o entendimento sociológico dominante de teoria, método e metodologia. Este artigo tenta explicar as compreensões feministas de ontologia, epistemologia e ética e tornar clara a natureza dessas tensões, na escrita e práxis feministas para além das tradições convencionais da pesquisa científica ocidental. Elabora-se, por meio de ilustrações derivadas de pesquisas sobre violência íntima com mulheres, como pesquisar o tema da violência é um exercício desafiador e gratificante quando se baseia nas experiências vividas e nas compreensões de mulheres com as quais a pesquisadora se identifica. Os resultados são transformadores para a pesquisadora e participantes e contribui para a práxis dos direitos humanos.

Palavras-chaves: etnografia feminista; violência íntima; saberes transformadores.

Abstract: Researching intimate violence against women using feminist ethnography is a difficult and contentious undertaking for both the researcher and the participants as feminist ontology and epistemology are at odds with the mainstream sociological understandings of theory, method and methodology. The topic of intimate violence is not only emotional and traumatic; doing an ethnographic study of it is fraught with tensions that are fundamental to creation of a women centered knowledge that is subjective. This article attempts to explain feminist understandings of ontology, epistemology, and ethics and to make clear the nature of these tensions in feminist ethnographic research, writing and praxis. It elaborates, through illustrations derived from doctoral research of the author on intimate violence against women, how researching the theme of violence is a challenging and rewarding exercise when it is based on the lived experiences of women with whom the researcher identifies. The results are transformative for the researcher and participants and contribute to the praxis of human rights.

Keywords: feminist ethnography; intimate violence; transformative knowledge.

¹ Article translated from English to Portuguese by Carmen de Mattos.



Resumen: La investigación de la violencia íntima utilizando la epistemología y la ontología feministas es una tarea difícil y polémica tanto para el investigador como para los participantes en la investigación etnográfica. El tema de la violencia íntima no es solo emocional y traumático, sino que está cargado de tensiones que son fundamentales para la comprensión sociológica dominante de la teoría, el método y la metodología. Este artículo intenta explicar las comprensiones feministas de la ontología, la epistemología y la ética, y dejar en claro la naturaleza de estas tensiones en la escritura y la praxis feministas más allá de las tradiciones convencionales de la investigación científica occidental. A través de ilustraciones derivadas de la investigación sobre la violencia íntima contra las mujeres, se explica cómo la investigación del tema de la violencia es un ejercicio desafiante y gratificante cuando se basa en las experiencias vividas y las comprensiones de las mujeres con las que la investigadora se identifica. Los resultados son transformadores para el investigador y los participantes y contribuyen a la praxis de los derechos humanos.

Palabras clave: etnografía feminista; violencia íntima; conocimiento transformador

1 Introdução

A pesquisa da violência usando a epistemologia e a ontologia feministas faz dela desde o início um empreendimento difícil e contencioso, repleto de tensões de uma natureza fundamental com as compreensões sociológicas dominantes de teoria, método e metodologia. Uma das minhas tentativas neste capítulo será, portanto, explicar as compreensões feministas de epistemologia e ontologia, assim como tornar clara a natureza de tais tensões na etnografia e na escrita feministas. Para além da tensão entre as diferentes posições epistemológicas feministas e as tradições convencionais de pesquisa científica no pensamento ocidental, elaborarei - por meio de ilustrações de minhas pesquisas sobre violência íntima contra a mulher - como pesquisar o tema da violência é um exercício desafiador e gratificante quando baseado nas experiências vividas e nas compreensões das mulheres (Mitra, 2005). Para compreender e ilustrar aspectos distintos da etnografia feminista, irei me basear em minha pesquisa etnográfica de um ano em duas células de aconselhamento, onde mulheres relataram violência através do parceiro íntimo. Discuto objetivos, abordagens e métodos específicos que adotei, assim como as decisões que tomei em resoluções intelectuais de conflitos relacionados à tarefa de fazer pesquisa etnográfica sobre violência íntima contra mulheres em um ambiente urbano na Índia.

O problema que precisamos abordar está relacionado à pergunta – O feminismo é um conhecimento válido ou é uma forma de essencialismo? Para respondê-la, recorro à afirmação de Simone de Beauvoir: “Mas se eu quiser me definir, devo antes de tudo dizer: eu sou uma mulher: nesta verdade deve basear-se toda a discussão posterior” (Beauvoir, 1949, p. 15, tradução nossa) Um ponto de partida apropriado para pesquisar mulheres é localizar a alienação delas em relação às experiências dos homens e explorar suas autodefinições; de si mesmas e de seu mundo. Isso está ligado ao desejo das mulheres de teorizar sobre si mesmas com base em como elas entendem e fazem razão de suas próprias vidas.

O feminismo, definido, trata mais simplesmente da perspectiva de gênero das mulheres sobre os fenômenos sociais. Como escreveu Stanley (1990): As feministas devem usar todo e qualquer meio disponível para investigar a condição da mulher na sociedade sexista. Ele defendeu firmemente que,

as feministas devem usar todo e qualquer meio disponível para investigar a condição da mulher na sociedade sexista e que os relatos escritos da pesquisa feminista devem situar a pesquisadora feminista firmemente dentro das atividades de uma pesquisa como uma característica essencial do que é feminismo (Stanley, 1990, p.12, tradução nossa).

Não existe uma abordagem feminista unificada e o feminismo não é um corpo homogêneo de conhecimento ou prática; ele reúne no seu seio uma variedade de posições que diferem e muitas vezes conflitam política e epistemologicamente. No entanto, é possível caracterizar o feminismo dominante pela centralidade do gênero e das mulheres no centro de sua análise.

Em primeiro lugar, o gênero representa um tema essencial na tentativa de compreender praticamente todas as relações, instituições e processos sociais. Em segundo lugar, as relações de gênero são vistas como problemáticas, pois estão associadas a condições de dominação, desigualdade, estresse e conflito. Em terceiro lugar, as relações de gênero são consideradas socialmente construídas, o que significa que não são dadas pela natureza, nem são inevitáveis; ao contrário, são o resultado de condições socioculturais e históricas e podem ser radicalmente alterados pela ação humana (Alvesson; Skoldberg, 2000, p. 210, tradução nossa).

Essa centralidade das mulheres e do gênero na pesquisa feminista constitui um desafio radical ao conhecimento até então gerado e distribuído. Essa posição começa com o potencial de alterar fundamentalmente a natureza de todo conhecimento. Questiona a objetividade e a relevância do conhecimento criado pelos homens para os homens. Ataca diretamente a política do conhecimento e da teoria, uma política que é vista como causa da subordinação das mulheres e de sua continuidade. A ciência é criticada por suas teorias e métodos que levaram à opressão e exploração das mulheres por meio de seu biologismo e desconsideração do poder nas relações entre os sexos.

Feminismo, teoria feminista e pesquisa feminista não estão apenas interligados, mas são também profundamente políticos. Todos os três analisam a opressão e a subordinação das mulheres em uma ordem patriarcal e orientam-se para a transformação da vida das mulheres e para a libertação das mulheres (Segal, 1999).

2 Movimento de libertação das mulheres e feminismo

Desde seu início no movimento de libertação das mulheres, que enfatizava a opressão compartilhada das mulheres e a necessidade de se unir em uma luta para acabar com as desigualdades de gênero e a subordinação cultural, o feminismo percorreu um longo caminho. Embora o consenso de lutar em conjunto por mudanças na vida das mulheres em todos os lugares tenha marcado o movimento em seu auge ativista na década de 1970, ele não pôde se manter por muito tempo. Diferenças reais e múltiplas entre as mulheres afirmaram-se para criar prioridades políticas distintas na década de 1980. A consciência feminista emergente já não achava fácil resolver as diferenças entre as diversas concepções sobre a natureza da opressão das mulheres, as suas causas e as estratégias para a mudança. Tradicionalmente, três perspectivas feministas distintas foram localizadas – radical, marxista/socialista e liberal. A cristalização das posições feministas nessas três categorias seria considerada hoje como simplista e obscurece o fato de que a consciência feminista é uma questão de evolução e mudança contínuas. Não há uma consciência feminista fixa e estável e as próprias feministas têm apontado as complexidades e contradições em suas posições e estratégias em diferentes locais e tempos.

A teoria tem sido uma questão complicada para a maioria das feministas. Embora seja necessário evoluir ou envolver-se com a teoria para desafiar com sucesso as formas e práticas de conhecimento patriarcal existentes, as feministas têm sido cautelosas em relação à teorização alienada, elitista ou generalizada. Teoria que cria relações de poder entre mulheres acadêmicas e comuns é considerada suspeita. A ameaça de nenhuma teorização, no entanto, seria que as mulheres continuariam a ser definidas pelas formas patriarcais de conhecimento existentes e proliferantes que ou definiriam as mulheres em oposição aos homens, ou fundiriam sem cerimônia as mulheres com os homens, ou a definiriam apenas como um objeto sexualizado para o desejo masculino. A questão importante para as acadêmicas feministas tem sido como equilibrar experiência, teoria e prática, as três áreas críticas da iniciativa feminista de modo que elas existam em uma relação mutuamente benéfica e sinérgica entre si. As feministas têm respondido a isso de várias maneiras.

Barett e Philips (1992), no livro *Teoria Desestabilizadora*, apontam uma história de engajamento feminista com a teoria social onde os termos do discurso mostram uma mudança de paradigma de seus primórdios para a contemporaneidade. Schrock (2013) escreve que a etnografia feminista não tem uma definição coerente ou singular e Visweswaran (1994) ilustra como as mudanças na concepção de gênero e feminismo definiram a produção de diferentes gêneros de ficções etnográficas feministas. As lutas pela definição de feminismo e seus objetivos impactaram a natureza e o foco da etnografia feminista. Assim, vê-se acadêmicos feministas na década de 1970 refletindo o impulso modernista em

buscar a causa da opressão das mulheres. Embora houvesse uma diferença e um debate consideráveis em que as feministas procuravam essa causa, as feministas não podiam se esquivar das influências modernistas em não questionar realmente a noção de uma causa em si. As feministas marxistas viram a causa na necessidade do capitalismo de uma força de trabalho dócil, as feministas radicais no controle masculino da sexualidade das mulheres e as feministas liberais no sistema patriarcal de herança e educação. Da mesma forma, a própria opressão era tomada como uma experiência homogênea cujo significado se presumia ser evidente. As feministas que procuraram desvendar as causas no nível estrutural, concentraram-se em aspectos da estrutura social como a classe, o patriarcado, os sistemas políticos e econômicos exploradores e a família. O apelo à natureza e à biologia por opositores do feminismo foi combatido pela ênfase em causas sociais e ambientais. Assim, as próprias feministas, que questionavam as dicotomias científicas ocidentais de objetividade-subjetividade e masculino-feminino, dicotomizaram a cultura e a biologia em sua busca por libertar o potencial das mulheres dos limites da feminilidade coercitiva. O apego feminista ao estabelecimento dos fundamentos da causalidade social da opressão, bem como a tendência feminista inicial de lançar as questões da discriminação de gênero em termos socio-estruturais, explicam o fato de que as feministas têm estado em constante diálogo com a teoria social desde o início (Vishweswaran, 1997).

Grande parte da teoria feminista da fase anterior estava preocupada com as mulheres brancas na sociedade ocidental e procurava transculturalmente enfatizar essencialmente a natureza comum da subordinação das mulheres em todo o mundo. Esses pressupostos e generalizações foram desafiados posteriormente por feministas não brancas, negras, do terceiro mundo, pós-coloniais, lésbicas e queer, que apontaram que as identidades de gênero estão ligadas à raça, ao desenvolvimento, à nacionalidade, à identidade sexual, às experiências coloniais, ao imperialismo e a muitas outras subjetividades que as mulheres vivenciam além de seu gênero (Mohanty, 1991). O contexto político dos movimentos de mulheres em diferentes regiões deu espaço para que as diferenças entre as mulheres fossem trazidas à tona assim como sua mesmice (Ong, 2000). Esses desenvolvimentos tornaram a análise feminista posterior da opressão das mulheres mais complexa, mais sensível às exclusões e inclusões e mais aberta a uma negociação construtiva das diferenças entre as mulheres. A análise feminista tornou-se mais complexa, as mulheres mais diferenciadas à medida que gênero e desigualdade passaram a ser compreendidos em sua variedade e a análise feminista abriu espaço para um modo mais cultural e simbólico (Abu-Lughod, 1990). Com o crescente intercâmbio com os escritos psicanalíticos, as feministas foram forçadas a repensar a divisão nítida entre sexo e gênero que haviam construído nas décadas de 1970 e 1980. As questões de identidade de gênero tinham que levar em conta não apenas raça, classe, etnia, escolha sexual, mas também situações particulares da vida, como a de ser

mãe ou funcionária religiosa. Um impacto disso foi que as análises feministas re-olharam a questão da biologia e da diferença com novos espetáculos. Desde a fase inicial, quando o sexo biológico era visto como determinante dos papéis sociais, até a emergência do gênero como categoria analítica; da crítica ao sexo como determinante de gênero à crítica dos sistemas e regimes de gênero sexual, e depois vieram críticas mais sofisticadas ao essencialismo de gênero e ao reconhecimento do próprio sexo como categoria social. Isso envolveu um longo processo de pesquisa e debates feministas (Visweswaran, 1997).

Os debates dentro da teoria social e cultural também tiveram sua influência sobre o feminismo no sentido de expandir ainda mais a categoria mulher. Os pós-estruturalistas, trabalhando principalmente com a representação cultural, a sexualidade e a identidade, problematizaram a noção de qualquer tipo de identidade fixa das mulheres e da mulher como uma categoria que é considerada como em constante mudança. Isso possui múltiplos significados. O diálogo entre o feminismo e os desenvolvimentos das ideias pós-estruturais e pós-modernistas foi produtivo e levou a explorações de novas aspirações feministas que não foram encontradas inicialmente (Schrock, 2013). No mundo pós-modernista, o feminismo está vendo um colapso de tudo o que construiu ao longo das décadas anteriores, pois neste mundo de instabilidade de todas as identidades e diferenças, tornou-se incrédulo não apenas ter uma consciência feminista singular, mas também estável. No entanto, algumas feministas ficam insatisfeitas com essas posições de muita ênfase na diversidade, com mudança e ameaças de resistência à desconstrução e redução da categoria mulher, de modo que qualquer ação conjunta por seus direitos humanos se torne tênue.

No entanto, as feministas são rotineiramente descartadas por serem essencialistas e as pesquisas e teorias feministas por serem subjetivas ou unilaterais. Esse essencialismo diz respeito à priorização do gênero pelas mulheres como fator crítico na construção do conhecimento e na compreensão do mundo. Dentro do feminismo, no entanto, os essencialistas se referem àqueles que detêm um determinismo biológico ou genético e mesmo aqueles que tentam explicar universalmente a opressão das mulheres com base na natureza, ou na natureza humana. As feministas que ocupam as posições construcionistas sociais sustentam as ideias, no entanto, de que a natureza humana não é natural, fixa ou universal, mas é específica de contextos sociais, culturais e históricos. Os essencialistas, naturalmente, não são otimistas em relação à mudança, enquanto os construcionistas sociais enfatizam a descontinuidade e a contradição da mudança. Ironicamente, mais pessoas fora dos círculos feministas adotam o determinismo biológico para se contrapor às posições feministas do que as próprias feministas (Stacey, 1993, p. 68-71).

Enquanto algumas feministas adotam o essencialismo como estratégico, a maioria das feministas considera o essencialismo regressivo por sua negação da agência humana de homens e mulheres. Nesse sentido, Stacey (1993) aponta que o rótulo essencialis-

mo é repleto de problemas, pois ele próprio é um rótulo relativo usado pelos teóricos uns contra os outros para descartar suas posições. Todas as teorias que abordam questões de mudança política têm necessariamente que negociar com questões de essencialismo. Torna-se politicamente imperativo, mesmo quando as posições não podem ser unificadas nem fixas.

Em resumo, ao avaliar o papel do feminismo na teoria social, devemos enfatizar que o feminismo fornece evidências irrefutáveis para desestabilizar os pressupostos fundamentais da teoria moderna. Ao desvelar as pretensões de objetividade da grande e alta teoria social, as feministas, por meio de seus escritos e pesquisas, demonstram repetidamente a preocupação androcêntrica e os pressupostos da teoria social. Elas forçam os teóricos sociais a rever as questões da “cientificidade” do conhecimento, as implicações de poder da teorização social e a Exclusão Sistêmica de Metade das Preocupações da Humanidade.

3 Método: epistemologia e metodologia na pesquisa feminista

A partir da discussão acima, fica claro que a pesquisa feminista se desenvolveu como resultado de duas preocupações principais do feminismo, a saber: a crítica feminista à investigação dominante e seu viés sexista, e o movimento de libertação feminista e sua exigência de analisar a subordinação universal das mulheres por meio de perspectivas inclusivas às realidades das mulheres.

No entanto, como não há um tipo de feminismo, isso implica que a própria categoria monolítica da pesquisa feminista esconde uma variedade díspar e muitas vezes contraditória de pressupostos e abordagens que implicam diferença em termos políticos, éticos e epistemológicos, dentro do feminismo e das feministas (Abu-Lughod, 1990). Dito isso, as feministas ainda reconhecem o valor de uma consciência feminista na forma como conduzem a pesquisa. Stanley e Wise dizem sobre a contribuição original do feminismo:

Essa contribuição original é, argumentaremos, a proposta de que as experiências das mulheres constituem uma visão diferente da realidade, uma ‘ontologia’ ou maneira totalmente diferente de dar sentido ao mundo. Em outras palavras, vamos sugerir que a “consciência feminista” nos disponibiliza um estoque inexplorado de conhecimento sobre o que é ser mulher, como é o mundo social para as mulheres, e como é construído e negociado pelas mulheres (Stanley; Wise, 1983, p. 117, tradução nossa).

Essa consciência se expressa de forma prática e positiva nos processos de pesquisa feminista em aspectos como a relação da pesquisadora com a pesquisada e a inclusão do sentimento e da emoção na experiência da pesquisa. Uma afirmação consciente da autobiografia intelectual da pesquisadora leva ao manejo das distinções nas realidades e

compreensões da pesquisadora e pesquisada de tal forma que há tentativas conscientes de abordar a questão do poder entre a pesquisadora e a pesquisada tanto na condução da pesquisa quanto na sua escrita (Lawless, 2019).

Assim, o feminismo busca adotar um método etnográfico que localiza e procede a pesquisa a partir da análise fundamentada das realidades das mulheres. Fornece espaço para as realidades fundamentadas das mulheres pesquisadas, bem como da mulher pesquisadora (Ghosh, 2016).

Existem três tipos básicos de epistemologias feministas. Sandra Harding (1988) as rotulou como empirismo feminista, teoria do ponto de vista feminista e pós-modernismo feminista. O empirismo feminista continua adotando as regras da investigação científica, ao mesmo tempo em que insiste na inclusão das mulheres como pesquisadoras e pesquisadas. O objetivo do empirismo feminista é fazer uma ciência verdadeiramente boa, que não seja cega em termos de gênero e que pela inclusão das mulheres possa ser verdadeiramente objetiva. As epistemologias do ponto de vista feminista rompem com os empiristas feministas ao redefinir o preconceito em perspectiva e métodos, privilegiando a perspectiva do gênero subjugado e oprimido (Sweet, 2020). As feministas da perspectiva se concentram nas mulheres como agentes ativas do conhecimento por meio de uma consciência e experiência certas e específicas. É reconhecido entre as feministas da teoria perspectiva que podem existir múltiplas perspectivas localizadas na intersecção de gênero com identidades de classe, casta, raça, sexualidade, religião etc. O pós-modernismo feminista critica a teorização sobre qualquer pressuposto de sujeito/self universalista e, assim, se envolve com diferenças tais que nenhum aspecto particular desse sujeito/self é privilegiado sobre o outro.

Postular diferenças infinitas, no entanto, faz com que a própria mulher perca sua centralidade como categoria analítica. O objetivo feminista tem sido não se envolver na produção de conhecimento alienado ou na reprodução da masculinidade dentro da academia. A ciência orgulha-se da separação entre quem conhece e o que ou quem deve ser conhecido, diferencia objetividade de subjetividade, distingue entre ciência organizada e sistemática e natureza caótica. Feministas têm apontado que, por essas distinções, os cientistas anulam o ato real de conhecer e tornam invisíveis os pressupostos que compõem os chamados resultados da pesquisa. O conhecimento é higienizado e o que era contextualmente significativo é professado como universalista, criando assim um conhecimento separado das condições de sua produção e das relações sociais que lhe estão subjacentes. A concepção feminista de conhecimento não alienado diz Stanley (1990) tem as seguintes três dimensões: o pesquisador/teórico está fundamentado como uma pessoa real em um cenário concreto; a compreensão e a teorização são localizadas e tratadas como atividades materiais e não como atividades metafísicas transcendentais não analisáveis, diferentes em

espécie daquelas de meras pessoas; e, o ato de conhecer é examinado como o determinante crucial do que se sabe.

Embora as feministas vejam uma boa pesquisa em termos de não haver alienação, é preciso reconhecer que há riscos associados à adoção dessa posição. Isso torna a pesquisadora vulnerável profissionalmente porque o feminismo e a pesquisa feminista podem não ser vistos nos círculos acadêmicos mais amplos como sérios e confiáveis. É muito mais fácil para os estudiosos tradicionais rejeitarem tal investigação, independentemente dos seus pontos fortes metodológicos (Stanley, 1990).

Finalmente, podemos dizer que, qualquer que seja a epistemologia feminista que informa a pesquisa, as pesquisadoras que trabalham dentro dos marcos feministas buscam reinventar a pesquisa em termos das perguntas que fazem; a subjetividade e a reflexividade que tornam parte integrante da pesquisa; e o potencial que elas constroem na produção de pesquisa para transformar a opressão e a exploração das mulheres.

As perguntas que fazem a partir do *slogan* feminista é - pessoal é político? Isso de expandiu imediatamente no universo de estudo para incluir o que no mundo das mulheres era rejeitado ou tratado como mundano, rotineiro, chato, irrelevante e privado. A invisibilidade das mulheres na pesquisa social é corrigida por meio do tipo de perguntas que as pesquisas feministas fazem. Assim como a mistificação do conhecimento sobre as mulheres na pesquisa tradicional.

Quanto à subjetividade, a pesquisadora não é mais uma especialista objetiva, mas envolvida em pesquisas em termos emocionais e intelectuais. As feministas recomendam a parcialidade consciente em vez de valorizar a pesquisa livre com neutralidade e indiferença em relação aos objetos de pesquisa. Isso é mais do que empatia, pois a identificação amplia a consciência tanto da pesquisadora quanto da pesquisada. No entanto, pode haver perigo de exploração dos informantes que pode ser mascarada e resultados e processos etnográficos podem levar a elementos de desigualdade e traição (Stacey, 1988).

Em relação à reflexividade, a identificação e a relação não hierárquicas entre pesquisadora e pesquisada tornam a pesquisa fluida e aberta, que reflete a natureza interpretativa, política e retórica da pesquisa (Hesse-Biber; Piatelli, 2012). A reflexividade inclui a reflexão filosófica e a problematização dos pressupostos, interações e interpretações do material empírico da pesquisadora. Ainda, o fator de poder na relação da pesquisadora e da pesquisada para que os dilemas éticos envolvidos em qualquer interação profunda possam ser resolvidos conscientemente pela pesquisadora que está atenta às questões teóricas e éticas (Linabary; Corple; Cooky, 2021). As percepções dessa introspecção dão um sabor distinto à pesquisa feminista ativista e a tornam rica, viável e aberta à explicação (Adkins, 2004; Davis, 2014).

Quanto ao potencial transformador, as feministas refutam a recomendação empirista de manter ciência e quanto ao potencial transformador, as feministas refutam a recomendação empirista de manter ciência e política separadas. As feministas não estão apenas interessadas na pesquisa em prol da pesquisa. A pesquisa feminista reconhece abertamente que é pesquisa para a mudança. Isso empresta uma dimensão ético-política à pesquisa feminista. A pesquisa deve servir aos interesses dos grupos dominados, explorados e oprimidos, como as mulheres, em vez de ser um instrumento de dominação e legitimação da elite. Além disso, as feministas são da opinião de que as pesquisadoras feministas devem se envolver na participação ativa em movimentos e lutas pela emancipação das mulheres. A pesquisa torna-se, assim, parte integrante de tais lutas.

As feministas têm o cuidado de apontar que, embora não haja um método feminista singular em termos de técnicas nem uma metodologia singular em termos de um quadro teórico, ainda assim reduzir o feminismo a uma mera perspectiva não seria correto. As pesquisas feministas combinam a perspectiva feminista, um modo de ver, com uma epistemologia feminista, um modo de conhecer, e a ontologia feminista, um modo de estar no mundo. Stanley (1990) adverte que isso não deve ser lido como essencialismo, pois é certo que as mulheres não compartilham uma única forma de ser e as mulheres não se percebem como tal em virtude de sua biologia. Ao falar de uma ontologia feminista, estamos nos referindo, em primeiro lugar, não às mulheres, mas às feministas, aquelas que, apesar de todas as suas diferenças, se inspiram na experiência comum de opressão. Nas palavras de Stanley “é a experiência e o agir contra a opressão percebida que dá origem a uma ontologia feminista distinta” (Stanly, 1990, p.14, tradução nossa) é a exploração analítica dos parâmetros desse processo de pesquisa que dá expressão a uma epistemologia feminista distinta. Nesse contexto, as pesquisas feministas tratam de uma perspectiva distinta, de uma epistemologia, de um amplo arcabouço teórico que informa as pesquisas feministas e de uma ontologia feminista; e uma combinação dessas três se reflete em alguns processos de pesquisa muito interessantes e significativos. Procuo agora explicar esses processos com o exemplo de minha pesquisa etnográfica.

4 Questões e processos na pesquisa da violência íntima contra mulheres

Esta seção descreverá a construção de um tema feminista para minha pesquisa. Nesse processo, será explicado como a construção da própria área de pesquisa esteve vinculada às minhas experiências pessoais e profissionais. Na época em que iniciei minha pesquisa, defini amplamente meu campo de estudo como o estudo de padrões de violência doméstica contra a mulher, sendo os principais objetivos do estudo foram: compreender a complexidade da vivência de violência por mulheres no lar conjugal, suas formas e seus

efeitos; compreender as explicações das mulheres sobre a violência doméstica, e; entender quais poderiam ser soluções viáveis para o problema, a partir das realidades da vida das mulheres indianas.

Esse enquadramento dos objetivos de minha pesquisa foi feito no que considero uma investigação antropológica. À medida que fui me aprofundando na operacionalização desses objetivos e lendo a literatura feminista, descobri uma jornada intelectual que me levou a definir meu tema e meus métodos no que se pode chamar de forma feminista. Ao relatar essa mudança, preciso primeiro explicitar minha própria jornada. Estive, num passado recente, envolvida com uma iniciativa internacional para documentar as várias respostas sociais à violência doméstica contra as mulheres, com a intenção de analisar e evoluir critérios de melhores práticas entre as respostas a violência contra a mulher. Eu havia me concentrado em olhar para os serviços como policiamento, aconselhamento, abrigo alternativo, intervenções legais etc., de modo a documentar e analisar a gama de respostas organizadas às mulheres vítimas de violência doméstica tanto pelos órgãos governamentais quanto pelas organizações de base comunitária. O estudo compreendeu uma pesquisa transversal não aleatória de vários atores envolvidos em intervenções, como policiais, conselheiros, advogados, médicos, assistentes sociais, ativistas femininas e afins.

Apesar das reformas nas leis e da criminalização legal da violência doméstica, da criação de instituições como delegacias da mulher, celas de assistência jurídica, celas de aconselhamento de varas de família etc., constatou-se que o Estado abordou a violência doméstica apenas marginalmente. O Estado continua a manter a dicotomia entre público e privado e depende em grande parte do aconselhamento através de mesas estabelecidas em cada uma dessas instituições. Constatou-se que a infraestrutura estatal disponível para socorro não só é carente tanto na gama de serviços oferecidos e na qualidade desses serviços, mas também em termos de perspectiva e abordagem da questão como uma questão de desenvolvimento e direitos humanos (Manjoo, 2016). No que diz respeito aos grupos de base comunitária, alguns trabalhos louváveis foram vistos como sendo feitos no nível de base na mudança das normas comunitárias em relação à violência, bem como no fornecimento de apoio individual e ajuda às vítimas/sobreviventes da violência. Embora a conscientização e a opinião pública sobre o assunto tenham sido mobilizadas à medida que a natureza privada da violência doméstica foi questionada e desmistificada, também é verdade que, em geral, organizações foram vistas ajudando as mulheres a se reabilitarem dentro do lar matrimonial. Isso, apesar de as mulheres viverem em situações potencialmente perigosas e, às vezes, de risco de vida em suas famílias (Hawkins; Humes, 2002). Muitas ativistas sustentavam que, no contexto indígena, a busca de soluções dentro da instituição da família era inevitável e inescapável. A maioria das mulheres quer exatamente isso! Há várias razões para isso, mas uma das muito importantes que me disseram, é o fato de que

a própria família, que é o local das relações de poder e violência, é também o refúgio do amor e da segurança.

Esses achados foram significativos em termos dos objetivos de compreensão e definição de melhores práticas no contexto indiano. No entanto, o foco nos serviços e não nas mulheres que procuraram esses serviços me deixou com a sensação de que meu estudo anterior excluiu as perspectivas das mulheres como vítimas e sobreviventes de violência íntima. Além disso, deu demasiada importância às versões dos prestadores de serviços, das quais só se pode esperar que fossem unilaterais, limitadas em perspectiva pela natureza e pelas restrições do sistema em questão e elitistas. Além, é claro, do fato de que, como os homens eram muitas vezes as pessoas que ocupavam cargos nos serviços, eles eram os guardiões das informações dadas e, portanto, havia toda a possibilidade de os dados relatados serem androcêntricos. Frequentemente achei distorcidas e androcêntricas as construções de mulheres vítimas de violência pelos prestadores de serviços. A polícia e os defensores rotineiramente definiam as mulheres como voluntárias, vingativas e dadas à confusão devido à interferência dos pais. Assistentes sociais e conselheiros muitas vezes as definiam como indefesas e infantis, sem maturidade e tato e, mais importante, falavam da dependência econômica das mulheres como a principal razão para sua violência sofrida. Essas construções me pareceram de acordo com a forma como os próprios prestadores de serviços percebiam o problema da violência doméstica. Então, a principal questão que permaneceu sem solução para mim foi a questão do que significa para as mulheres serem violadas? Embora o estudo anterior, patrocinado, não tenha fornecido espaço para a investigação dessa questão, tornou-se importante para mim compreender a complexidade da experiência de violência das mulheres antes de buscar soluções para o problema. Compreendi que o problema, quando comecei a falar com as mulheres, tinha sido amplamente definido em termos de direitos legais e econômicos, mas as mulheres pareciam não estar procurando apenas essas soluções. E daí? As mulheres, quando procuravam ajuda nas organizações, na maioria dos casos, não falavam de coisas como alimentos, guarda dos filhos, restauração dos direitos conjugais, divórcio ou separação, embora essas fossem em alguns casos as questões centrais. Na maioria dos casos, elas queriam que a organização interviesse como um ancião poderoso para fazer o marido e sua família entenderem, *sam-jha dijeye* (fazê-lo entender), elas diziam. Elas queriam continuar a estar com o marido e a família com as circunstâncias alteradas. Percebi que tinha que definir meu tema de pesquisa de forma que não fosse contrário ao entendimento das mulheres sobre suas famílias e que não descartasse seu conservadorismo pelo simples ditado da falsa consciência. Dada a importância das relações familiares na vida das mulheres, é muito importante que qualquer pesquisa sobre violência no contexto doméstico centralize a compreensão das diversas facetas da vida familiar. A ambivalência das mulheres em relação à vida familiar se deve,

em grande medida, à sua opressão e violência nesse cenário, mas se a crítica feminista à família não deve ser lida como uma crítica genérica a todos os aspectos da vida familiar, nem um ataque àqueles que vivem em famílias, precisamos ser sensíveis aos sentimentos ambivalentes das mulheres sobre suas famílias (Burton, 2000). Busquei compreender essas realidades complexas. Algumas das perguntas estavam na minha mente, mais evoluídas à medida que a interface com as mulheres entrevistadas acontecia. Vejamos como as questões foram formuladas no início da pesquisa e como elas mudaram substancialmente no processo de pesquisa.

A relação de causa e efeito. Quando iniciei, minha pesquisa me interessava pelo perfil das mulheres vítimas, sua idade, escolaridade, situação empregatícia, classe ou condição econômica, número de filhos, contexto familiar natal e conjugal. Explorei quais membros da família eram aliados das mulheres e quem eram seus adversários. Perguntei sobre seu histórico conjugal e de violência, frequência e natureza da violência e detalhes que forneceriam informações sobre as mulheres vítimas e seus agressores. Busquei entender qualquer correlação de fatores que tornam as mulheres vulneráveis à violência, bem como aqueles fatores que facilitam sua luta contra ela. Então, por exemplo, eu queria saber as principais fontes de conflito que levam a ataques violentos contra esposas. Nesse contexto, é preciso mencionar que estudos têm explorado ligações entre violência e fatores como: anos de vida conjugal, emprego econômico do marido/esposa, escolaridade, residência em núcleo familiar, número de filhos: masculino/feminino, fatores de casta, classe e etnia. Além disso, vários estudos têm mostrado que as causas para a violência conjugal são questões como possessividade e ciúme, expectativas dos homens em relação ao trabalho doméstico, o senso dos homens do direito de punir as mulheres por atos errados percebidos, alcoolismo e abuso de substâncias, dote, questões financeiras e estresse financeiro, casos extraconjugais do marido etc. Um fator que apareceu em meu estudo anterior sobre respostas à violência foi a incompatibilidade sexual que foi relatada repetidamente por conselheiros. Os conselheiros relataram que muitas vezes a violência nos casamentos indianos tem a razão subjacente que vem da insatisfação com o relacionamento sexual. Muitos homens e mulheres relatam a incompatibilidade de forma hesitante e casual, mas alguns conselheiros a consideraram uma razão importante para a violência conjugal.

Quando comecei a fazer meu trabalho de campo etnográfico, no entanto, essa preocupação inicial em encontrar correlações na tentativa de entender as causas da violência foi abandonada em favor do impulso de procurar os padrões de violência em termos do que ela faz com as mulheres. Percebi logo depois que comecei a coletar os dados que meu objetivo de entender as causas era inútil. As chamadas causas relatadas pelas mulheres eram, muitas vezes, causas imediatas e insuficientes para explicar a violência como parte institucionalizada da família e do casamento. Então, uma das minhas preocupações

passou a ser a desconstrução das causas imediatas e a análise da violência em um nível mais profundo. Sexualidade, masculinidade e feminilidade emergiram como construtos importantes na medida em que tentei entender como as mulheres construíram a violência e o abuso em suas experiências subjetivas de vida conjugal. Essa preocupação passou a ser expressa em termos de questões relativas às vivências das mulheres como mães de filhos pequenos e dependentes, e como mulheres lidando com seus próprios desejos sexuais, sua sexualidade e sua sensação de bem-estar enquanto negociavam seus papéis femininos com seus maridos em contexto de violência regular nos lares.

O controle da sexualidade feminina é um fator preponderante em toda violência, tanto dentro como fora dos lares. Diz-se que a violência contra a mulher é, por um lado, sexual e, por outro, a sexualidade, tal como é definida na sociedade contemporânea, está ela própria impregnada de violência. Homens e mulheres praticam essas definições de sexualidade em termos de dominação dos homens e submissão das mulheres. Interessei-me em explorar os relatos de mulheres sobre amor e sexualidade para entender de que maneira a violência é vista como expressão do amor e da diferença sexual, e o que é definido como abuso.

Em termos de compreensão da questão da sexualidade e sua ligação com a violência, interessei-me em estudar como as mulheres definem o que os conselheiros chamam de incompatibilidade sexual. Como o abuso sexual está ligado à incompatibilidade sexual? Como as mulheres definem a violência sexual? Como a violência se entrelaça com as expressões masculinas de amor e desejo sexual?

As crianças não ficam imunes à violência nos lares. É frequentemente relatado que as crianças testemunham violência em casa e isto tem um impacto nas suas atitudes em relação à violência física. Evidências de pesquisas encontraram ligações entre espancamento de esposa e abuso infantil. Homens e mulheres casados que se agredem foram flagrados agredindo os filhos. Muitas vezes, as próprias crianças são usadas para infligir violência às mulheres. As crianças são usadas como peões pelos pais em brigas entre si, para se ofenderem. As crianças também são um motivo muito importante para as mulheres permanecerem em lares violentos. A ligação entre espancamento da esposa e abuso infantil está ligada à desigualdade de poder que marca a relação dos cônjuges e a de pais e filhos. Foi de meu interesse saber o que as reportagens contam sobre a violência e as crianças, na medida em que afetam as próprias mulheres. No início, pensei em entrevistar mães e algumas crianças, mas depois percebi que, para realmente ter uma noção do que isso significa para as crianças, eu tinha que voltar à minha própria infância. Me aprofundei no impacto da violência nas crianças quando decidi usar o método da introspecção. Desenvolvi uma compreensão mais complexa da questão à medida que olhava para minhas memórias de como minhas percepções sobre a violência mudaram ao longo de um período. Ao virar a

lente da pesquisadora para mim, percebi que, quando criança, algumas formas de violência me pareciam poder e eram, portanto, bastante atraentes. Então eu vivenciei isso como um poder que me limita e controla, e então chegou um momento em que eu desenvolvi uma profunda intolerância a ela. Reagi à violência com violência sem perceber que era assim e muito mais tarde eu comecei a reconhecer a minha própria violência e passei a perceber que a violência nem sempre é cometida, a violência é sentida, a violência é percebida. Essa exploração interior, portanto, foi muito útil para entender as implicações da violência sobre as crianças. As percepções que obtive através dessa introspecção não apenas ampliaram minha compreensão da violência contra as mulheres, mas também me ajudaram a curar a criança magoada, perplexa e raivosa dentro de mim.

A procurando por ajuda em um ambiente geral onde há tolerância tradicional à violência masculina e indiferença para com as mulheres que sofrem tal violência, quando as mulheres abusadas se apresentam para obter apoio? Do que tentam escapar? No contexto da compreensão das formas de lidar com a violência doméstica, interessei-me em saber quais os recursos que as vítimas recorrem, quais são as alternativas que são percebidas como viáveis e quais são consideradas operacionais? Em outras palavras, o que traz alívio? Quão transitório ou permanente é o alívio?

Tive a percepção antes mesmo de iniciar minha coleta de dados de que a violência vivenciada pelas mulheres não é apenas um episódio ou um evento, mas um processo e, muitas vezes, uma série de experiências positivas e negativas. O amor, a intimidade, as dependências físicas e emocionais legitimam muita violência nos lares e tornam muito mais difícil desafiá-la. Então, como a violência na vida dessas mulheres está sendo desafiada? A resposta para tais perguntas veio para mim ao realizar entrevistas após entrevistas; passei a entender que a suposição de que as mulheres são vítimas pobres não é muito adequada e eu preciso ver o livre-arbítrio das mulheres para que elas não sejam limitadas em minhas construções como meras vítimas, mas realmente como sobreviventes. Em meu trabalho de pesquisa, minha perspectiva se baseou e oscilou entre posições feministas e compreensões pós-modernistas. Na tentativa de compreender a experiência comum da violência tendo como pano de fundo a minha própria experiência sobre ela e a das mulheres que entrevistei, escrevi sobre a violência sem a objetividade das empiristas feministas.

Minha pesquisa se deu em um cenário peculiar com ferramentas da pesquisa etnográfica que envolveu a coleta de dados por um período de um ano em duas células de aconselhamento em Mumbai – é apropriado mencionar, que ambas as células, não são células de aconselhamento no sentido de aconselhamento psiquiátrico. Na Índia, o termo aconselhamento é frequentemente aplicado a conselho s psicológicos, jurídicos e práticos dados a mulheres que procuram alívio de problemas conjugais e domésticos ou violência

Realizei meu trabalho de campo na Célula Especial para Mulheres e Crianças localizada em uma delegacia no centro de Mumbai. As células especiais fazem parte de uma iniciativa conjunta de policiais e assistentes sociais para eliminar a violência contra a mulher. Abrigadas dentro das Delegacias de Polícia, essas celas são administradas por profissionais capacitados em serviço social com apoio administrativo e de infraestrutura da Polícia. Os trabalhadores da célula estão envolvidos no trabalho direto com as mulheres, oferecendo serviços imediatos em casos de violência familiar e atrocidades contra as mulheres, como assistência policial no registro de queixas criminais, colocação em instituições, aconselhamento, encaminhamento para agências de atendimento à família e assistência jurídica. Além disso, trabalham com grupos e comunidades, com a polícia e em associações de rede com outras organizações. Essas células mantêm bons registros dos casos que chegam e os utilizam para pesquisa e treinamento.

O outro ambiente de aconselhamento em que trabalhei para coleta de dados foi o de um grupo de mulheres de renome e pioneiro chamado Stree Mukti Sangathan (SMS). A SMS é uma organização líder de mulheres em Maharashtra que trabalha desde 1975 com a comunidade em vários aspectos de conscientização e divulgação. Através de suas várias publicações, incluindo uma revista regular em Marathi, teatros de rua, canções feministas e programas de conscientização com diferentes grupos da sociedade, eles direcionam seus esforços para elevar as mulheres, criando consciência na sociedade sobre as questões das mulheres. Eles administram várias células de aconselhamento em Mumbai que são apoiadas pelo Conselho de Bem-Estar Social. Para o meu trabalho de campo, estive presente na célula de aconselhamento familiar localizada em um subúrbio de Mumbai.

Quanto à observação participante realizada, a minha formação em métodos antropológicos de trabalho de campo definiu, em grande medida, os métodos reais que adotei para a coleta de dados. Decidi que, se eu pudesse combinar com sucesso uma adaptação da observação participante com uma entrevista em profundidade, seria capaz de captar as realidades complexas que eu procurava entender. Comecei sentando-me nas duas células de aconselhamento/centros de crise e pretendia combinar o meu estudo dos registros de casos registados nas celas com entrevistas qualitativas e aprofundadas com mulheres vítimas/sobreviventes, que se aproximavam das células de aconselhamento/centros de crise. Essas entrevistas dependeram exclusivamente da disponibilidade dos participantes e a amostragem era proposital. Algumas entrevistas com homens abusadores também foram tentadas. Ao sentar-me nas celas de aconselhamento durante um período de cerca de um ano, tive a oportunidade de ver e estudar o desenvolvimento dos casos que surgiram para consulta durante este período. Devo salientar que, quando comecei a estar na cela de aconselhamento, sentei-me ao lado do assistente social/conselheiro como estudante e muitas vezes era permitido questionar as mulheres e suas famílias depois que o assisten-

te social terminava com elas. Nessa época, fui apresentada como estudante. No entanto, depois de cerca de um mês sentada regularmente na cela, comecei a perder esse status definitivo de estranha e tanto o pessoal da cela quanto as mulheres que se aproximavam dela me viam como parte da equipe. Passei a estar cada vez mais envolvida no trabalho de aconselhamento. Essa mudança foi gradual e marcada pelo conforto que desenvolvi nas relações com a equipe das celas. Neste ponto, preciso fazer alguns esclarecimentos sobre porque escolhi aplicar o termo observação participante quando o método que usei se desviou muito da forma como é tradicionalmente definido. A aplicação dessa técnica antropológica bem estabelecida geralmente está relacionada ao estudo de um povo e seu modo de vida de perto, de modo que o investigador conviva com as pessoas e, no decorrer de sua participação em diversas atividades da vida, aprenda através de seus vários sentidos.

A justificativa mais importante para a observação participante é o desejo de aprender com as ações das pessoas como o que elas realmente fazem, em vez de simplesmente se apoiar no relato das pessoas sobre o que elas fazem. Também, é claro, o desejo de preservar o ambiente natural onde os fenômenos devem ser estudados e minimizar a perturbação por algum tipo de participação. A célula de aconselhamento forneceu o cenário para fazer tais observações, apesar de serem limitadas. Pode haver dúvidas sobre a representatividade dessas observações, dado o cenário limitado, mas eu tenho consciência dessa limitação e pude pegar pistas mesmo dessa observação muito limitada para entrevistar e encontrar respostas para minhas perguntas. Essas questões em si surgiram da minha participação com as mulheres que buscavam ajuda e suas famílias e a célula de aconselhamento era como qualquer outro contexto cultural em que os sujeitos compartilhavam seus significados. Tive espaço para pegar pistas e buscar linhas de investigação a partir das várias cenas de conflito familiar que se abriram diante de mim no curso da busca por aconselhamento. Eram cenas não ensaiadas, muitas vezes motivadas com a intenção de influenciar o conselheiro, mas que forneciam entendimentos significativos de como homens e mulheres estavam envolvidos uns com os outros em torno do problema da violência nos lares. Através desse intenso envolvimento na célula de aconselhamento, passei a compartilhar significados com as mulheres que vinham falar de suas vidas íntimas, bem como com as conselheiras/assistentes sociais que lhes davam uma audiência.

Pude fazer minhas inferências considerando as distorções causadas por suas motivações de influenciar o conselheiro e pude verificar minhas observações pensando no uso de outras técnicas de pesquisa. Eu me baseei muito em entrevistas em profundidade. Isso geralmente era o que se chamava de conversa com um propósito. As entrevistas foram completamente não estruturadas e eu tive o cuidado de esperar até que o problema se desenrolasse como o entrevistado percebia. Normalmente, eu explorava alguns tópicos gerais para ter uma noção sobre o problema que levou a mulher ou sua família à célula

de aconselhamento e, em seguida, seguir as pistas com base em como a mulher entrevistada enquadrava e estruturava suas respostas. Eu também ouviria declarações adicionais ou conflitantes feitas por qualquer pessoa acompanhante, para fazer com que as partes envolvidas se sentissem à vontade e não ameaçadas, e então tentaria fazer algumas perguntas que esclarecessem ainda mais o problema. Conforme eu chegava a um ponto em que as entrevistadas sentiam que haviam dito qual era o problema que as trouxe à célula de aconselhamento, eu começaria uma sondagem gentil com pedidos de elaboração ou explicações. Eu buscava esclarecimentos sempre que havia incoerência e tentava o tempo todo buscar os significados que homens e mulheres atribuíam às palavras e ações uns dos outros.

Estive na cela de aconselhamento dia após dia por um período de um ano e isso teve dois resultados importantes. Primeiro, quando uma reclamante se aproxima pela primeira vez de uma célula de aconselhamento, ela é muito otimista sobre um resultado e frequenta a cela repetidas vezes, às vezes até antes da data marcada. Estar na célula de aconselhamento dia após dia durante um ano teve dois resultados importantes. Primeiro, quando uma reclamante se aproxima de uma célula de aconselhamento, ela está muito otimista sobre um resultado e frequenta a célula repetidamente, às vezes até antes da data marcada. Como eu estava rotineiramente sentado na célula de aconselhamento, eu podia encontrar essas mulheres sempre que elas vinham e isso me beneficiava, já que elas estavam muito interessadas em conversar comigo. Além disso, eu estava lá para as sessões marcadas com as reclamantes e podia entrevistar longamente aquelas mulheres cujos casos me interessavam. Sentar-se rotineiramente na célula de aconselhamento foi útil para estabelecer *rapport* com os conselheiros, assim como com as reclamantes. Eu me beneficieei em geral em uma compreensão mais rápida do que me daria acesso aos relatos pessoais das pessoas sobre suas vidas.

Como pesquisadora interpretativa, envolve a introspecção, eu tentei trabalhar fluidamente pistas e entendimentos que tornassem pistas de pesquisa inesperadas e, assim, segui um desenho de pesquisa não planejado e em contínuo desdobramento. A introspecção tornou-se uma ferramenta importante desse processo, à medida que esta pesquisa passou a ser centrada de forma substantiva em minhas experiências pessoais. Tradicionalmente, a introspecção tem sido considerada uma ferramenta muito importante para a pesquisa social e comportamental, embora em textos recentes não seja discutida como uma técnica ou método de coleta de dados. Deixe-me esclarecer como esse processo de introspecção se tornou um método de coleta de dados nesta pesquisa por meio da utilização de dois conceitos dados por Maslow: vozes impulsivas e experiências de pico.

Maslow (1972) falou do que ele primeiro chamou de vozes de impulso, mas que mais tarde ele pensou ser melhor chamado de sinais internos (ou pistas ou estímulos). A huma-

nidade plena inclui, de acordo com Maslow, a capacidade de ter ou conhecer esses sinais internos. Falando da neurose como uma falha de crescimento pessoal, ele escreveu:

A pessoa experimentalmente vazia, sem essas diretrizes de dentro, essas vozes do eu real, deve recorrer a pistas externas para orientação, por exemplo, comer quando o relógio lhe diz para, em vez de obedecer ao seu apetite (ele não tem nenhum), ele se guia por relógios, regras, calendários, horários, agenda e por dicas e sugestões de outras pessoas. (Maslow, 1972, p. 33, tradução nossa)

Durante o processo de coleta de dados e acho que como resultado do próprio processo eu tomei consciência de mim mesma como uma sobrevivente da violência. Ao explorar a mim mesma e ao meu passado e me tornar um dos sujeitos deste estudo, respondi à voz impulsiva, ao impulso interior de aceitar minha experiência de violência e daí seguir em frente, crescer. Esse impulso interior se expressou primeiramente na forma de um diálogo entre um amigo e eu sobre minhas motivações para esta pesquisa. Considero esse desenvolvimento como uma colheita etnográfica, pois as revelações psicanalíticas e profundas se tornaram uma inspiração que me deu percepções mais significativas sobre os fenômenos da violência.

Maslow (1972), em seu livro *The Farther Reaches of Human Nature*, também falou de experiências de pico. De certa forma místicas, essas experiências de pico são, segundo Maslow, períodos de grande criatividade, pois são períodos em que se experimenta a perda de si mesmo ou do ego ou, às vezes, uma espécie de transcendência de si. Ele caracteriza esses momentos como:

Há uma fusão com a realidade que está sendo observada... uma unidade onde havia uma dualidade, uma integração de algum tipo do eu com o não-eu. Há relatos universais de uma visão da verdade antes oculta, uma revelação em sentido estrito, um despojamento de véus e, finalmente, sempre, toda a experiência é vivida como bem-aventurança, êxtase, arrebatamento, exaltação. (Maslow, 1972, p. 62, tradução nossa)

O autor admite que estas são experiências abaladoras e muitas vezes são consideradas “sobre-humanas, sobrenaturais e atribuídas a fontes trans-humanas”, pois parecem maiores e maiores do que o que pode ser concebido como humano. E, no entanto, esses momentos têm sido a inspiração para muito progresso na ciência e na arte e, como diz Maslow, fazem parte da experiência humana, bem como da cognição.

O diálogo entre mim e meu amigo por minhas motivações pessoais e história de infância foi para mim um grande momento. Devo admitir, no entanto, que quando experimentei o diálogo com meu amigo, não estava ciente de que ele poderia produzir insights criativos

em mim que mudariam toda a direção de minha pesquisa. À medida que desconstruía esse diálogo e trabalhava nele, conseguia dar sentido aos textos e aos subtextos das coisas que aconteciam ao meu redor. Passei a ter uma consciência ampliada da importância dessa revelação para entender o problema da violência contra a mulher e escrever sobre ele.

Creio que não faz sentido buscar compreender os problemas sociais sem vinculá-los a questões filosóficas que movem homens e mulheres. A ciência tem rotineiramente excluído os aspectos das questões filosóficas que não podem ser testados empiricamente. No entanto, o feminismo não deve fazê-lo. Ao priorizar o pessoal, as feministas abriram espaço para pesquisas sobre fenômenos contestados como a violência íntima. Os dados da experiência e da consciência humana, mesmo que pareçam ilógicos, ambíguos, vagos, contraditórios ou místicos, são dados importantes que podem acrescentar ao nosso conhecimento sobre nós. Como diz Maslow, “o conhecimento de baixa confiabilidade também faz parte do conhecimento” (Maslow, 1972, p. xx., tradução nossa). O homem é, por sua própria natureza, desconcertante, imprevisível, misterioso e em grande parte inexplicável, e o conhecimento que temos do homem é ele mesmo incômodo e impreciso. Para Maslow (1972) qualquer aumento desse conhecimento só pode ocorrer se adotarmos uma atitude expansiva e exploratória e não fecharmos as portas para possibilidades de compreensão através do que a princípio parece misterioso, ilógico, ambíguo ou parte do inconsciente.

Centrar qualquer pesquisa de forma substantiva nas perguntas e experiências dos pesquisadores pode representar um problema na compreensão dominante da pesquisa objetiva. O que constitui uma abordagem adequada da pesquisa social é uma questão profundamente controversa e as dúvidas filosóficas sobre a objetividade científica só causaram mais problemas para os cientistas sociais que descobriram que, embora seja possível teorizar sobre perspectivas novas e produtivas nas ciências sociais, é uma questão diferente quando se trata de escolher um método na pesquisa empírica que varia substantivamente da abordagem tradicional que faz a formação de hipóteses e testes, ou generalizações como centrais para o seu empreendimento. No entanto, o método é e deve ser visto como uma questão prática. Ao comentar o método de meu estudo, focalizo, portanto, o fenômeno do estudo, ou seja, a violência nas relações íntimas e o propósito e as expectativas de minha investigação, que foi muito especificamente para tentar obter alguma ideia sobre a complexidade da questão, sem torná-la simplisticamente um fenômeno de tudo ou nada, como tem sido feito com mais frequência, ou fazer um roubo completo do arbítrio das mulheres e da consciência diferente que postula elas com autoridade para privilegiar subjetividades variadas em diferentes momentos de suas narrações, ora como vítimas indefesas, ora como mulheres batalhadoras de coragem, ora como mulheres que estão lidando com sucesso com circunstâncias difíceis e de teste e às vezes como mulheres que decidiram não aceitar bobagens e adotaram posturas mais agressivas e assertivas por terem sido

forçadas contra a parede. Eu tinha que ser flexível em sentir os fenômenos da violência primeiro do lado de fora e depois dentro da minha própria consciência, à medida que ela se desenvolvia com um senso emergente de compreensão. Então, do campo que estava fora eu entrei em domínios mais privados e pessoais e comecei a me ver como um objeto/sujeito. Kristeva (1941), usa a palavra abjeto para se referir a esse estado confuso em que se confronta o objeto interior, um objeto que realmente tipifica o sujeito. Eu vi minha violência como exatamente esse abjeto. Estava dentro de mim, me definia, mas era algo fora de mim e, portanto, eu podia me distanciar dela e analisá-la.

Para mim, a questão que ainda precisava de algum esclarecimento era o problema de falar pessoalmente sem ser egocêntrica. A linguagem da escrita feminista não é a linguagem objetiva e incorpórea. É a linguagem da experiência vivida. Então, qual é a importância da maneira como penso, sinto e vivo para a compreensão da violência? Não sou ninguém, uma não-entidade completamente dispensável que tem pouca ou nenhuma relevância neste mundo de três bilhões de mulheres? Spivak aborda o problema assim:

Mesmo nas análises mais superficiais e mínimas, uma das características mais marcantes de qualquer versão do capitalismo avançado é a fragmentação e descentralização do suposto controle político e econômico do indivíduo sobre sua própria vida. Um dos subprodutos peculiares e paradoxais desse sistema é gerar uma convicção de centralidade individual entre a maioria dos membros das classes intelectuais, burguesas e gerenciais... acompanhada de uma angústia desanimada contra o "seu" poder, ou de uma fé espirituosa na "nossa" proliferação, com permutações e combinações variadas, é claro. A filosofia oficial desse grupo é um individualismo mais ou menos disfarçado de pluralismo. O resultado generalizável: ausência de qualquer interesse concebível em uma prática coletiva voltada para a justiça social, ou em reconhecer a construção ético-politicamente repressiva do que se apresenta como teórico, legal, benigno, livre ou natural. (Spivak, 1996, p.101, tradução nossa)

A doutrina da singularidade individual, ao focar no poder e na impotência individuais, trai a agenda e a política feminista. Ela faz isso ao adotar uma posição de que o self, centrado nessas narrativas, é um self muito localizado e que, embora a experiência pessoal possa ter um profundo significado para a formação da pessoa subjetiva, não pode ser considerada para generalizações. As feministas apontaram que isso resulta em uma falsa privatização do pessoal. Embora se possa adotar a posição de que centrar o self nessa teorização não pode legitimamente ser usado como base para qualquer generalização, pois o self é muito localizado, eu adoto a posição feminista em relação à privatização do self como um mecanismo patriarcal para controlar as vidas das pessoas, especialmente das mulheres. A fragmentação e a descentralização do controle sobre a própria vida é um sintoma de nossa contemporaneidade, mas entre uma angústia desanimada contra minha impotência e uma

fé espirituosa no pluralismo e na prática orientada para a justiça social, mesmo que individual, escolho a segunda. O problema da generalização permanecerá, não importa quão grande seja o tamanho da amostra, quão controlado seja o estudo de variáveis limitadas.

Além disso, a experiência pessoal de fazer essa pesquisa tem um significado profundo para a formação do meu eu em crescimento, e concordo com Maslow:

Quando um garotinho descobre o sistema decimal para si mesmo, este pode ser um momento alto de inspiração, e um momento criativo elevado e não deve ser deixado de lado por causa de alguma definição a priori que diz que a criatividade deve ser socialmente útil ou deve ser nova, ou ninguém deveria ter pensado nisso antes etc. (Maslow, 1972, p. 60, tradução nossa)

Além disso, concordo com Foucault que em seu artigo *O que é um autor* escreveu:

Todos os discursos, qualquer que fosse seu status, forma, valor e qualquer que fosse o tratamento a que seriam submetidos, se desenvolveriam no anonimato de um murmúrio. Não ouviríamos mais as perguntas que foram repetidas por tanto tempo: quem realmente falou? É mesmo ele e não outra pessoa? Com que autenticidade ou originalidade? E que parte de seu eu mais profundo ele expressou em seu discurso? Em vez disso, haveria outras perguntas, como estas: Quais são os modos de existência desse discurso? Onde foi usado, como pode circular e quem pode se apropriar dele para si? Quais são os lugares em que há espaço para possíveis assuntos? Quem pode assumir essas várias funções de sujeito? E por trás de todas essas perguntas, não ouviríamos quase nada além do despertar da indiferença: que diferença faz quem está falando? (Foucault, 1984, p. 119-120, tradução nossa)

Para concluir esta seção, eu diria que, em um primeiro momento, comecei com a intenção de fazer um estudo qualitativo sobre mulheres vítimas de violência íntima, depois passei a definir minha abordagem em termos dela ser mais especificamente interpretativa e, posteriormente, graduei para uma metodologia feminista completa com todas as suas características das questões que persegui, minha subjetividade e reflexividade e, claro, o potencial transformador que isso tem para mim e para as mulheres que podem se identificar com o problema da violência íntima.

5 Conclusão

Há dois aspectos que precisam ser mais discutidos sobre a solidez das pesquisas etnográficas feministas. Estes dizem respeito aos pressupostos ocultos do pesquisador e às questões de representação e validade das conclusões.

Um dos meus pressupostos ao pesquisar sobre o tema contestado da violência íntima é a ideia de que os seres humanos não são fundamentalmente maus ou vilões. Outro pressuposto é que todo ser humano carrega consigo uma consciência que é função de uma história pessoal, bem como de uma história social e, portanto, há tanto singularidade quanto um aspecto compartilhado na existência individual. Nessa história reside a potencialidade para desenvolver a consciência e, portanto, há espaço tanto para a agência individual quanto para o ambiente social desempenharem um papel na extensão do florescimento das potencialidades e do desenvolvimento da consciência. Esses pressupostos se aproximam das abordagens humanistas, dos psicólogos Carl Rogers e Abraham Maslow.

Havia em mim uma inquietação intelectual em relação à orientação determinista da pesquisa sobre violência doméstica, em que as mulheres eram retratadas como vítimas indefesas, levadas à miséria pela violência de seus maridos e pela desumanização de homens e mulheres em tais pesquisas. Slife e Williams (1995) apontam que as próprias teorias humanísticas podem ser consideradas deterministas, como as teorias psicodinâmicas e comportamentais, porque tomam o potencial de crescimento nos seres humanos como sendo uma espécie de instinto e, nesse sentido, além do controle individual. Mas, os próprios humanistas sustentam que a influência do que chamam de potenciais de crescimento ou processos de valorização orgânica não é tão forte quanto os instintos ou condicionamentos.

Essas pesquisas foram baseadas em um modelo construído de comportamento, mas, de alguma forma, nós, feministas, caímos na suposição de que isso é real. Esse modelo, no entanto, causava inquietação em mim, pois descobri que ele ocultava a complexidade da experiência e da consciência individuais. Também é o fato de que, por razões óbvias, grande parte dessa pesquisa é feita sobre mulheres de classe baixa e ao localizar essa violência nas mulheres de classe baixa, nós, feministas das classes média e alta, com privilégios de educação, riqueza e muitas vezes rendas independentes, mesmo quando dizemos que a violência existe em todas as classes, nós mesmas acrescentamos rapidamente que a violência que experimentamos é diferente, assim permanecemos de olhos vendados e sem questionar o modelo de comportamento que construímos. Entrevistar mulheres nas celas de aconselhamento por um ano me fez perceber que as mulheres estavam falando de forma diferente de sua violência do que geralmente foi abstraído e que, em nossa busca para trazer o assunto ao foco público, nós mesmos estamos contribuindo para sua distorção. Ao sentar-me na cela de aconselhamento e ouvir mulheres atrás de mulheres falando de suas experiências, tomei consciência de um fio condutor em suas narrativas e em minha experiência pessoal. A partir daí, vi na minha conceituação dessa pesquisa, uma necessidade de olhar para dentro, de entender que significado a violência tem em minha vida e de avançar

na análise das narrativas das participantes mulheres com base nessa compreensão. Um novo capítulo se desdobrou na minha jornada de pesquisa.

Tenho consciência de que o quadro que tento mostrar é ele próprio uma construção e uma abstração e não a realidade. O propósito para o qual escrevo este processo de pesquisa, no entanto, não é tornar visível a violência masculina contra as mulheres nos confins do lar, mas entender por que as mulheres continuam a viver em relacionamentos violentos e a buscar amor e ternura daqueles que as violam. Eu não via as explicações tradicionais do masoquismo feminino ou da dependência econômica das mulheres como suficientes. Em vez disso, encontrei insights nos significados que a violência e o amor têm para as mulheres e seu eu.

Shipman ao escrever sobre o movimento em direção à ciência social interpretativa em pequena escala, explica que “hoje, a visão da ciência como o tratamento de dados através do uso de modelos teóricos pré-estabelecidos é vista como inadequada para estudar o comportamento humano” (Shipman, 1988, p. 26, tradução nossa), pois impõe uma camisa de força à coleta de dados cruciais sobre como os humanos tornam seus mundos inteligíveis. Isso significa que o pesquisador deve conhecer o mundo simbólico dos estudados, não o ignorar enquanto se concentra no comportamento evidente. Pensamentos internos, não aparências, tornam-se objeto de estudo. A ênfase passou a desvendar os significados dados às situações pesquisadas pelos efetivamente envolvidos e, em seus termos, e não o do pesquisador.

Mais tarde, descobri que minha busca para entender esses aspectos da violência - e não o que até agora era o caso - era o que os humanistas chamariam de necessidade de crescimento de mim mesma e de minha atualização. Não posso, realisticamente, com esse pressuposto, fazer qualquer pretensão de compreender a realidade tal como ela existe para os outros, pois, como Slife e Williams explicam, a implicação dessa compreensão humanista: “Ninguém pode saber ao certo o que é verdade para outro indivíduo” (Slife; Williams 1995, p. 37, tradução nossa). A posição feminista que afirmo e o relativismo na moral e no conhecimento que o pressuposto humanista implica podem ser vistos como estando em contradição. No entanto, creio que não é assim. O feminismo, em última instância, não pode ser contra a liberdade e a realização individual. Enfrenta hoje a dificuldade de conciliar a liberdade individual com a responsabilidade comunitária e este não é um problema com o qual o feminismo sozinho se debruça. É um dilema mais fundamental que busca resolução. Não há respostas claras.

A ênfase humanista no eu e nos significados individuais, no entanto, faz parecer que a minha posição tem uma deficiência geral dos pressupostos humanistas que é o relativismo moral e o relativismo do conhecimento. Embora eu defenda fortemente a suposição de que os indivíduos sabem melhor o que é melhor para eles e que as necessidades individuais de realização e auto-realização são perseguidas de maneiras únicas, ainda assim não creio que esta ênfase no arbítrio individual absolva a responsabilidade da comunidade e sociedade em direção ao desenvolvimento e atualização individual e, na verdade, penso

que os indivíduos estão interligados e podem verdadeiramente satisfazer as suas próprias necessidades e promover o seu desenvolvimento espiritual através da satisfação de necessidades e relacionamentos mútuos e de compromissos comuns. O desenvolvimento pessoal não pode ser simplesmente desenvolvimento individual.

A pesquisa etnográfica não pode reivindicar ser replicável ou mesmo generalizável, mas satisfaz, em minha opinião, um dos critérios mais importantes de uma boa pesquisa qualitativa: há um certo elo orgânico, uma justificativa consistente entre os métodos utilizados e a complexidade em desdobramento do fenômeno em estudo. Envolve um desenho de pesquisa flexível e oportunidade de mudar estratégias de pesquisa, sendo sensível ao aprendizado feito a partir dos fenômenos em desenvolvimento. Mudanças de estratégias e decisões importantes no decorrer da pesquisa etnográfica são necessárias para resolver conflitos do e para o pesquisador, mas também dão um direcionamento particular à pesquisa. No entanto, a pesquisa etnográfica segue um claro referencial teórico e a coleta e análise dos dados são orientadas por conceitos e modelos delineados nos referenciais teóricos que norteiam a pesquisa. A etnografia feminista, apesar de estar situada no feminismo, procura definir os parâmetros teóricos do estudo de pesquisa e expor alguns dos pressupostos ocultos. Em segundo lugar, e mais importante, a pesquisadora faz tentativas em todos os pontos para vincular os resultados deste estudo específico a um corpo reconhecido e significativo da teoria feminista. A etnografia feminista tem potencialidade para produzir insights valiosos que, mesmo quando divergem da compreensão dominante, iluminam uma compreensão útil sobre a violência em geral e a violência masculina em particular e, assim, fortalecem a utilidade do feminismo para fazer uma análise centrada nas mulheres dos fenômenos da violência. O produto da pesquisa etnográfica não pode ser antecipado no início do processo, mas seu desenvolvimento orgânico e a inter-relação das situações de campo ajudam a casar a subjetividade do etnógrafo com certa capacidade profissional de realizar pesquisa.

Há muita ambiguidade nas ciências sociais e suas explicações dos fenômenos sociais e essa ambiguidade reflete a ambiguidade da vida. Embora os sociólogos – o termo aqui é usado em um contexto mais amplo para se referir não apenas àqueles formados em sociologia, mas àqueles que estudam fenômenos sociais – geralmente concordem que não há uma teoria ou explicação correta, há muito mais confusão e conflito no que os sociólogos considerariam como boa ou má explicação e, especialmente, quando se trata de diferenciar o que foi definido como trigo teórico do joio. Slife e Williams (1995) utilizam a expressão para se referir à eliminação de teorias por não estarem à altura de certos padrões.

Ser capaz de se manter sob o escrutínio da Ciência é amplamente considerado o teste. Isso significa que definimos ciência e isso abre uma caixa de Pandora para a própria ciência não é um conceito fácil de definir hoje após uma enxurrada de argumentos filosóficos sobre o conceito e é rotineiramente aplicado para significar aquilo que é empírico,

sistemático, rigoroso e autocrítico. Isso cria uma gama bastante ampla para a pesquisa em ciências sociais.

A maioria das análises científicas, no entanto, tem aspectos intuitivos e lógicos. Martin Shipman diz que “a pesquisa social é importante e influente. Mas também é divertido para os envolvidos e não deve aborrecer quem lê. Quando a pesquisa encontra a engenhosidade e a imprevisibilidade humanas, ela deve refletir e não esconder a variedade” (Shipman, 1988, p. xi, tradução nossa).

Eu acho que a pesquisa etnográfica ilustra o encontro da pesquisa com uma certa engenhosidade e imprevisibilidade humana. Para um pesquisador, a etnografia requer uma consciência e um estado de preparação e consciência que influenciam o produto e dependem de processos subjetivos de observação e interpretação. Isso torna a pesquisa etnográfica no sentido científico tecnicamente fraca. No entanto, é hoje reconhecido, embora em círculos menores, que as fronteiras da sociologia se sobrepõem à ficção e tais escritos ganharam com o tempo respeitabilidade acadêmica. Como nos fala Shipman,

olhar para situações cotidianas, escrever relatos na linguagem dos estudados e evitar métodos pré-determinados aproxima muito as ciências sociais das reportagens midiáticas, da literatura e dos relatos de profissionais como os inspetores. Uma vez que se entra na baleia da sociedade, ela não é redutível a leis, mas requer imaginação e metáforas que não são mecânicas (Shipman, 1988, p. 162 e 168, tradução nossa).

O autor possui uma visão fatalista e determinista da ciência social que permite pouco espaço para a individualidade, engenhosidade e negociação. Embora isso certamente envolva o sacrifício do título científico, os ganhos de um dado mais válido e o estímulo intelectual e emocional relacionado à compreensão de como as pessoas realmente pensam e concebem seus mundos são, para mim, os pontos altos da pesquisa etnográfica feminista. Mais importante ainda, a pesquisa etnográfica foi uma jornada que, em retrospectiva, sei que tive que empreender para lavar as cicatrizes da violência que eu mesma carregava.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. Can there be a feminist ethnography? *Women & Performance: a journal of feminist theory*, London, v.5, n.º.1, p.7–27, 1990. <https://doi.org/10.1080/07407709008571138>.
- ADKINS, Lisa. Passing on feminism: from consciousness to reflexivity? **European Journal of Women's Studies**, vol.11, n.º.4, p. 427-444, 2004. <https://doi.org/10.1177/1350506804046813>.
- ALVESSON, Mats; SKOLDBERG, Kaj. **Reflexive methodology: new vistas for qualitative research**. Londres: Sage. 2000. 350 p.
- BURTON, Barbara. Brutality and bureaucracy: human rights, intimate violence and the role of feminist ethnography. **PoLar: Political and Legal Anthropology Review**. Vol. 23, n.º 1, p. 138-147, 2000. <https://doi.org/10.1525/pol.2000.23.1.138>
- DAVIS, Dána-Ain. What is a feminist activist ethnographer to do? **American Anthropologist**. Vol. 116, n.º. 2, p. 413-415, 2014. <https://doi.org/10.1111/aman.12112>
- DE BEAUVOIR, Simone. **The second sex**. Tradução: Holward Madison Parshley. Harmondsworth: Penguin. 1949. 768 p.
- FOUCAULT, Michel; ROBINOW, Paul (Ed.). **The Foucault reader**. New York: Pantheon Books, 1984. 400 p.
- GHOSH, Sanjukata T. Feminist ethnography. In Naples, Nancy A. (Ed.). **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies**. Wiley Blackwell, 2016. <https://doi.org/10.1002/9781118663219.wbegss765>
- HARDING, Sandra. Introduction: is there a feminist methodology? In Sandra Harding (Ed.), **Feminism and methodology**. Bloomington: Indiana University Press, p. 01-14. 1988. <https://doi.org/10.1520/STP20024S>
- HAWKINS, Darren; HUMES, Melissa. Human rights and domestic violence. **Political Science Quarterly**, Oxford University Pres. Vol. 117, n.º 2, p. 231-257. 2002. <https://doi.org/10.2307/798182>
- HESSE-BIBER, Sharlene Nagy; PIATELLI, Deborah. The feminist practice of holistic reflexivity. In Sharlene Nagy Hesse-Biber (Ed.). **Handbook of feminist research: theory and praxis**. (2ªed) Thousand Oaks, CA: Sage, Capítulo27, p. 557-582. 2012. <https://doi.org/10.4135/9781483384740>
- KRISTEVA, Julia. **Powers of horror: an essay on abjection**. Tradução: Leon S. Roudiez. New York: Columbia University Press. 1941.
- LAWLESS, Elaine J. **Reciprocal ethnography as feminist and emergent**. Bloomington: Indiana University Press, 2019. 214 p. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctvpb3z54>.
- LINABARY, Jasmine R; CORPLE, Danielle J; COOKY, Cheryl. Of wine and whiteboards: enacting feminist reflexivity in collaborative research. **Sage Journals**, UK. Vol. 21, n.º 5, p. 719-735. 2021. <https://doi.org/10.1177/1468794120946988>

MANJOO, Rashida. Special guest contribution: violence against women as a barrier to the realization of human rights and the exercise of citizenship. **Feminist Review**, UK, Vol. 112 nº1, p. 11-26. 2016. <http://dx.doi.org/10.1057/fr.2015.54>

MASLOW, Abraham H. The farther reaches of human nature. New York: Viking Compass Book Press, 1972. 423 p.

MITRA, Nishi. **Marital violence**: a feminist understanding of violence in intimate relations. Thesis (PhD in Social Science) School of Social Sciences, Tata Institute of Social Sciences, Mumbai, India. 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10603/22316>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. In Chandra Talpade Mohanty; Ann Russo; Lourdes Torres (Eds.). **Third world women and the politics of feminism**. Bloomington: Indiana University Press, Capítulos 01, p. 51-80. 1991.

ONG, Aihwa. Colonialism and modernity: feminist re-presentations of women in non-western societies. In Kum-Kum Bravnani (Ed.). **Feminism and race**. Oxford: Oxford University Press, Capítulo 10, p. 108-118. 2000. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198782360.003.0011>

SCHROCK, Richelle D. The methodological imperatives of feminist ethnography. **Journal of Feminist Scholarship**. Vol. 5, nº5, p. 54-60, 2013. Disponível em: <https://digitalcommons.uri.edu/jfs/vol5/iss5/5> Acesso em: 5 jun. 2024.

SEGAL, Lynne. **Why feminism: gender, psychology, politics**. Cambridge: Polity Press, 1999. 296 p.

SHIPMAN, Marten. **The limitations of social research**. 4. ed. London: Longman. 1988.

SLIFE, Brent D.; WILLIAMS, Richard N. **What's behind the research? Discovering hidden assumptions in the behavioral sciences**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. 1995. 264p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty; LANDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (Eds.). **The Spivak reader: selected works of Gayatri Chakravorty Spivak**. New York: Routledge. 1996. 344p.

STACEY, Judith. Can there be a feminist ethnography? **Women's Studies International Forum**, Vol. 11, nº1, p. 22-27. 1988. [https://doi.org/10.1016/0277-5395\(88\)90004-0](https://doi.org/10.1016/0277-5395(88)90004-0)

STACEY, Jackie. Untangling feminist theory. In, Diane Richardson; Vitoria Robinson (Eds.) **Introduction to Women's Studies**. London: Palgrave Macmillan. Capítulo 3, p. 49-73. 1993. https://doi.org/10.1007/978-1-349-22595-8_3

STANLEY, Liz (Ed.). Feminist praxis: research, theory, and epistemology in feminist sociology. In Liz Stanley. **Feminist Praxis (RLE Feminist Theory) Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology**. Vol. 13, p 1-3. New York: Routledge Library Editions: Feminist Theory. 1990. <https://doi.org/10.4324/9780203094020>

STANLEY, Liz; WISE, Sue. **Breaking out: feminist consciousness and feminist research**. New York: Routledge & Kegan Paul Books. 1983. 210 p.

STANLEY, Liz; WISE, Sue. Method, methodology and epistemology in feminist research process. In **Feminist praxis**: research, theory, and epistemology in feminist sociology. New York: Routledge Library Editions: Feminist Theory, 1990. cap. 2, 282 p.

SWEET, Paige L. Who knows? reflexivity in feminist standpoint theory and Bourdieu. **Gender and Society**. Vol. 34, nº 6, p. 922-950. 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26967176>. Acesso em: 5 jun. 2024.

VISHWESWARAN, Kamala. Defining feminist ethnography. In, Kamala Vishweswaran **Fictions of feminist ethnography**. Minnesota: University of Minnesota Press, Capítulo 2, p. 17-27. 1994.

VISHWESWARAN, Kamala. Histories of feminist ethnography. **Annual Review of Anthropology**. Vol 26, nº1, p. 591-621. 1997. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.26.1.591>

Recebido em novembro/2023 | Aprovado em abril/2024

MINIBIOGRAFIA

Nishi Mitra vom Berg

Pesquisadora do Centro de Estudos de Sociedades em Desenvolvimento, Escola de Estudos de Desenvolvimento do Tata Institute of Social Sciences (TISS). Doutora em Estudos sobre a mulher – Tata Institute of Social Sciences, Mumbai, Índia. Mestre em Sistemas Sociais, Jawaharlal Nehru University, New Delhi, Índia e Graduada em Antropologia com especialização em Social-Cultural-Antropologia.
E-mail: nishimitra@tiss